

Ano 11, Vol XXI, Número 2, Jul-Dez, 2018, Pág. 7-11.

Apresentação – Tema especial primeira parte

UM CAMPO DE RELACIONAMENTOS: POVOS TRADICIONAIS EM MOVIMENTO

*Suellen Andrade Barroso
Jordeanes do Nascimento Araújo*

Todo ser humano é um nexos singular de crescimento criativo dentro de um campo de relacionamentos, no qual se desdobra continuamente. Este processo nada mais é que um movimento no transcurso de um caminho, um lugar ao longo de inúmeras trilhas, linhas que se abrem para outras trilhas. A primazia do movimento, em um mundo entrecruzado por diversas relações que vão das alianças às rivalidades, está em fluxo contínuo, uma vez que os seres que dele participam seguem variados caminhos. Cotejando com Tim Ingold, “tão logo uma pessoa se move, ele ou ela torna-se uma linha. As pessoas são conhecidas e reconhecidas pelas trilhas que deixam atrás de si”. Os seres humanos e não humanos não ocupam simplesmente o mundo, eles “o habitam e ao fazê-lo – costurando seus próprios caminhos através da malha – contribuem para sua trama em constante evolução” (2015:121). O resultado disso, o entrelaçamento, é a textura do mundo.

Realmente, o mundo social não é apenas um substrato movido como peças em um tabuleiro, tampouco um conjunto de artefatos e paisagens redesenhadas em cenários ou propriedades. É um mundo no qual os agentes sociais se movimentam nas mais diversificadas direções. Povos indígenas, comunidades tradicionais, relações de gênero, quilombolas, refugiados, religiosidades, não são meramente movidos de ponto a ponto em deslocamentos pela superfície do mundo. São linhas formando malhas em movimento de crescimento dos seus agentes sociais. Cada uma dessas linhas é um caminho “através do qual”, em lugar de “pelo qual”. São, portanto, como linhas de movimento e não como entidades moventes, autopropulsionadas, que os seres humanos são exemplificados no mundo.

Nestes termos, a edição especial da revista EDUCAmazônia, **Um campo de relacionamentos: Povos tradicionais em movimento**, nesta ocasião publica doze

artigos debruçados em discussões em movimento respeitantes a *Povos indígenas, Relações de Gênero, Comunidades Tradicionais e Conflitos, Religiosidade de Matriz Africana e Migrações*.

Deste modo, em seu artigo **Paisagens sagradas: conflitos em torno de territórios sagrados ameríndios**, Orestes Mega discute as relações entre mitologia, etnicidade e paisagem, enfatizando as paisagens sagradas dos Mbyá-Guarani do Sul e Sudeste brasileiros. Sua discussão sobre as paisagens sagradas apoia-se em questões relativas ao etnocídio, aos projetos de dessacralização das referidas paisagens e em danos sociais e ambientais provenientes daquilo que o autor chama de “mercadorização das paisagens sagradas”.

Em **Notas sobre o pensamento e a atuação indígena frente aos projetos mitigadores das mudanças climáticas**, Vladimir Bertapeli problematiza as diferenças existentes entre a perspectiva dos projetos que visam à suavização das mudanças climáticas e aquela que envolve as sociedades ameríndias, trazendo à tona o modo de organização indígena que objetiva fazer frente à ação desses projetos que, a despeito do que afirmam em sua gênese, acabam por impactar negativamente as sociedades indígenas.

Ainda assentado em discussões sobre a temática indígena, Fábio Martins discute os processos de luta Mbyá Guarani pela demarcação de sua terra indígena, localizada no Parque Estadual da Serra do Mar. Como coloca o autor, ali a presença dos indígenas foi considerada ilegal, dada a legislação que versa sobre a proibição da presença humana em unidades de conservação, desconsiderando que aquele é originalmente um território Guarani. **Protagonismo e lutas dos Mbyá Guarani no litoral paulista: retomada e autodemarcação da terra indígena Tekoá Mirim** visa, portanto, a contribuir com os debates acerca dos direitos territoriais indígenas no Brasil contemporâneo.

Em **Poder e Dano no Alto Rio Negro – Discutindo a relação dos índios em São Gabriel da Cachoeira/AM com o Sistema Penal**, Felipe Jucá lança luz a respeito das violações legais dos direitos indígenas nessa região do país. O autor chama a atenção ao fato de, a despeito das particularidades relativas à composição da população de São Gabriel, majoritariamente indígena, inexistirem mecanismos capazes de assegurar os direitos dos indígenas previstos em Lei. Como resultado, a população indígena segue com os direitos frequentemente violados e desrespeitados.

Na discussão intitulada **Eles pensam que a escola é o lugar onde se educa as crianças – diálogos sobre aprender na experiência cotidiana**, Amanda Danaga propõe uma reflexão sobre a constituição dos saberes e os modos mediante os quais os conhecimentos são transmitidos entre os Guarani. Tal aprendizado, para a autora, acontece fundamentalmente nas experiências cotidianas, tendo a escola a função de auxiliar o conhecimento do mundo dos “não-índios”.

Fundamentada em questões relativas à violência, Suellen Andrade Barroso discute em **Violência no casal: Representações** um tipo específico de violência, a saber, a violência no casal e suas variadas formas de representação. Lança mão, para tanto, de uma reflexão acerca dos principais usos conceituais do termo violência em estudos referidos a conflitos entre casais e discute, ainda, outra possibilidade analítica menos utilizada nesses trabalhos para, finalmente, arrematar sua discussão a partir do escrutínio de fontes jurídicas para das a conhecer as representações de violência que aparecem nesses processos criminais do Amazonas.

Sob a perspectiva do gênero, Agda Lima Brito convida à reflexão a respeito da participação das mulheres nos modos de trabalho nos seringais do Amazonas. Em **Trabalhadoras das matas: o trabalho feminino nos seringais do Amazonas (1940-1950)**, a autora revela as nuances e as formas de resistências engendradas pelas mulheres em diversas colocações, os chamados “barracões” nos seringais do Amazonas. Traz à tona a história dessas trabalhadoras, revelando como essas mulheres, invisibilizadas dentro das matas, se articulavam e traçavam estratégias de sobrevivência dentro das colocações, principalmente através da produção de gêneros alimentícios para consumo.

As discussões passam a focalizar as comunidades tradicionais em **Um olhar sob as ações de estado e suas consequências no modo de vida das comunidades tradicionais envolvidas em conflito pela terra: o caso nossa Senhora Auxiliadora do rio Ipixuna**, onde Filipe Melo e Jordeanes Araújo identificam os possíveis conflitos gerados a partir da questão da posse de terra e das intervenções estatais na comunidade do rio Ipixuna. Para além disso, os autores analisam as ações e os discursos das “comunidades” frente às políticas de estado. Ao se debruçarem sobre os inúmeros conflitos gerados a partir das intervenções estatais e do mercado ilegal de terras no Sul do Amazonas, os autores constroem coletivamente com a “comunidade” um

mapeamento social para identificar as diversas trajetórias tanto dos agentes envolvidos, bem como das intervenções estatais nas formas de uso tradicional do território ocupado por estas “comunidades” tradicionais.

Marcos Alan, em **Sociabilidades e territorialidade: entre histórias e memórias dos quilombolas do Jauari**, discute a dinâmica da música produzida por uma comunidade Remanescente do Quilombo do Jauari, município de Oriximiná – Pará. O autor revela algumas questões que ultrapassam a discussão de aspectos sonoros. Neste sentido, a argumentação traz elementos que estão intrínsecos à história dos agentes sociais envolvidos na prática musical. Surgem narrativas dos próprios quilombolas, o que possibilita que a discussão dialogue com tanto com abordagem sonora quanto com a dinâmica da vida social dos agentes envolvidos no contexto daquela comunidade quilombola.

Claudimara Bortoloto propõe-se a discutir a imigração entre países periféricos, concentrando-se na imigração haitiana para o Paraná, em **Imigração haitiana no Oeste do paraná e a disponibilidade laboral em frigoríficos**. A autora parte da ideia de que tal fenômeno decorre da necessidade de mão de obra para o trabalho em frigoríficos da região. Entre as principais consequências do modo de inserção dos imigrantes no sistema produtivo, aponta a mecanização das condições de existência, baixos salários e a discriminação racial.

Finalmente, apresentamos dois trabalhos referidos a religiosidade e festividade de matriz africana. Em seu **Ilê ifé, candomblé e a palavra criadora**, Geander Mercês analisa um mito genealógico da sociedade Yoruna, mais especificamente a divindade Ésú, bem como a criação da cidade de Ilê Ifá, partindo da premissa de que a cultura tem origem na oralidade. Considerando que uma parte significativa dos povos africanos escravizados no Brasil pertencia àquele grupo étnico, tal discussão se mostra fundamental para o entendimento de importantes aspectos da cultura brasileira.

Tatiana Souza, tomando a experiência do Congado, no Brasil, como uma cultura de continuidade da matriz bantu-africana, expõe em **Congado: tessituras identitárias e permanências de raiz africana**, os mecanismos de recriação e reatualização das culturas de origem bantu. A autora busca pensar a experiência congadeira a partir das ressignificações da cultura, das identidades e do pertencimento, trazendo compreensões do congado enquanto uma tessitura identitária da oralidade e da história de raiz africana.

Conforme prenunciado, o movimento é característica central dos agentes sociais registrados nas exposições ora apresentadas, pois a vida e as experiências vividas são percebidas como um processo de peregrinação. Nesse sentido, os artigos que compõem este número especial buscam descrever conflitos e relações como dimensões para além do mero “estar no mundo”. São, por conseguinte, discussões associadas a aspectos de ordem teórica e empírica, realmente relevantes para o avanço científico nos diferentes campos da pesquisa contemporânea.

Ao mesmo tempo em que cumprimentamos os autores e agradecemos imensamente pela colaboração, desejamos a todos os interessados excelente leitura.

Mormaço amazônico, dezembro de 2018.